

GOVERNO COLLOR

Explodem as dúvidas em Roraima

A destruição de algumas pistas de pouso nas terras yanomami não resolve o problema de invasão garimpeira e não acaba com a indefinição da política indigenista oficial

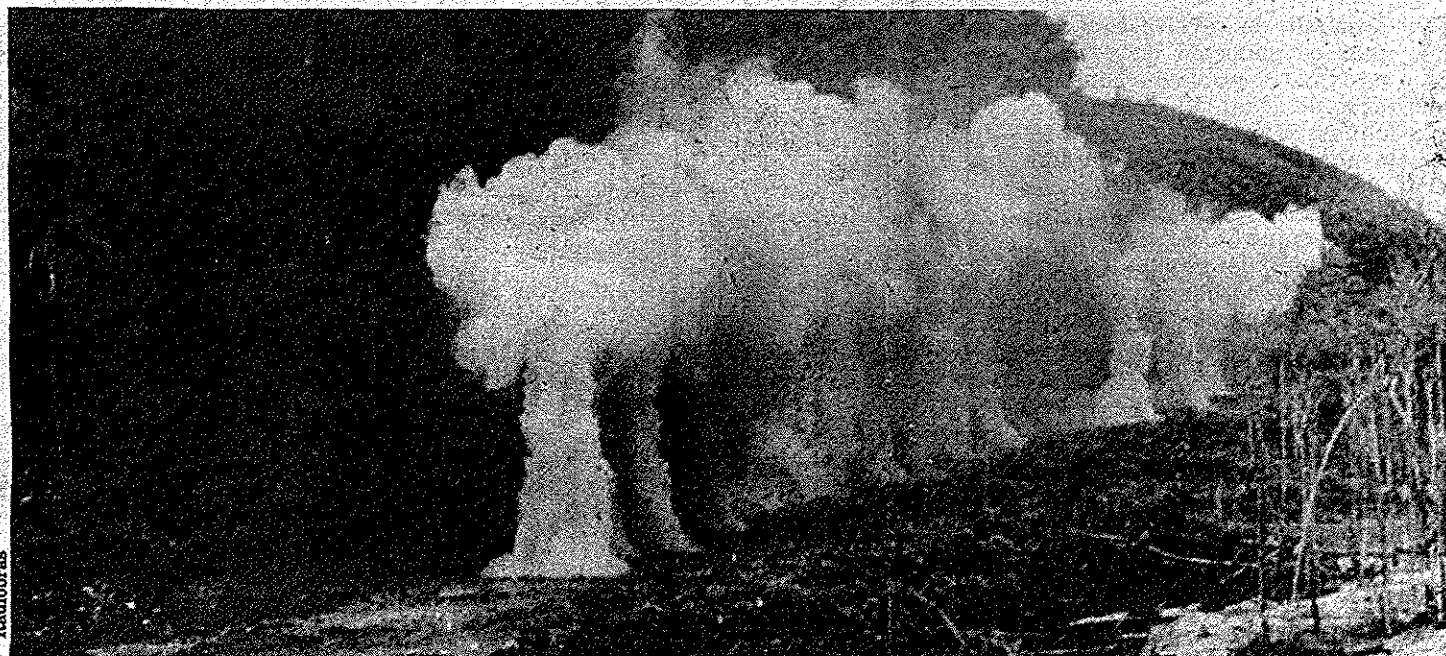
Em relação à questão indígena, até agora o governo Collor tem agido a passos de cágado, em contraste com a velocidade do avião de caça F-5 com que trata de outros assuntos. Após 39 dias de preparativos, finalmente explodiu, no dia 2 de maio a primeira pista de pouso clandestina construída pelos donos dos garimpos instalados em território yanomami. A ordem para a operação foi dada ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, pelo presidente Fernando Collor de Mello, durante a visita que fez a Roraima, no último dia 24 de março.

Assim que a terminou a série de 57 explosões, que abriram crateras de quatro metros de diâmetro por dois de profundidade em toda a extensão dos 600 metros da pista de Baiano Formiga, localizada a 350 quilômetros de Boa Vista, o delegado Romeu Tuma afirmou: "Após quatro meses de espera e angústia, isso é uma homenagem aos que acreditaram desde o começo". Tuma referia-se ao início da "Operação Selva Livre", iniciada por ele próprio em janeiro, ainda durante o governo Sarney, esquecendo-se de que a ordem judicial para a retirada dos garimpeiros das terras dos Yanomami já fora dada no dia 7 de outubro do ano passado.

SHOW DE PIROTECNIA PARA O BIRD VER

Para os que lutaram desde 1985 e até antes contra a invasão daquela área indígena, a explosão da pista Baiano Formiga pareceu o que realmente é: um show de pirotecnia, feito para agradar a opinião pública nacional e, principalmente, a estrangeira, que dificultam a concessão de empréstimos ao governo brasileiro por parte dos bancos de desenvolvimento como o BID e o BIRD. Conforme destacou o *Jornal do Brasil*, de 26 de abril, para obter destaque na mídia internacional, o Governo chegou a montar um esquema especial de viagem para garantir a presença da imprensa na destruição das pistas. A de Baiano Formiga foi assistida por 32 jornalistas e duas equipes de televisão estrangeira.

As vésperas da explosão da pista de Baiano Formiga, líderes dos garimpeiros prometiam reagir com manifestações de rua em Boa Vista. Não houve nenhuma passeata mas ficou a ameaça feita pelo presidente do Sindicato dos Garimpeiros e Faiscadores de Roraima, José Peixoto, o Baixinho, que avisou: "Para cada pista que a Polícia Federal explodir vamos queimar uma missão religiosa". Baixinho, que recentemente foi preso, suspeito de comandar um bando de assassinos que matam e roubam garimpeiros, é bem capaz de cumprir o que prometeu, embora não haja tantas missões em terras yanomami quantas pistas clandestinas.



Explosão da pista de pouso Baiano Formiga, na Área Indígena Yanomami: um show pirotécnico para agradar aos bancos que pararam de emprestar ao Brasil por causa de problemas ecológicos

A Diocese de Roraima, que mantém uma na região do rio Catrimani, está ultimando providências legais contra Baixinho, mesmo porque não é a primeira vez que ele faz este tipo de ameaças, sempre contra os religiosos ligados ao bispo de Roraima, Dom Aldo Mongiano.

"SÓ UMA TRÉGUA, ATÉ AS CHUVAS PASSAREM"

De acordo com o cronograma oficial, até o dia 18 de maio seriam destruídas outras 11 pistas (Pau Grosso, Expedito, Jeremias, Chico Ceará, Caveira III, Rangel, Xiriana, Majestade, Castelo II, Bandeirantes e Rainha do Inajá). Após esta data, a operação — para a destruição das outras 107 pistas, conforme a Polícia Federal, ou mais de 130, conforme o irmão Carlos Zacchini, da Comissão pela Criação do Parque Yanomami — só será retomada no mês de agosto, por causa da estação das chuvas que se inicia na região. As pistas de Paapiú e de Surucucu serão poupadas para servirem de base de apoio para a Funai.

Há muitas dúvidas sobre o cumprimento efetivo desse cronograma. Pilotos da região, ouvidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 4 de maio, afirmaram que haverá apenas uma trégua até o final de julho, por causa das chuvas. Depois disso, afirmam, novas pistas serão abertas. Um assessor direto de Romeu Tuma, que não quis se identificar, disse o mesmo ao *Jornal do Brasil*, de 26 de abril: "O Governo vai dinamitar e os garimpeiros depois da retirada das autoridades, voltam a construir novas pistas".

Não há dúvidas de que o garimpo em território yanomami sofreu um duro golpe nos últimos dois meses, mas não por causa da operação comandada por Romeu Tuma. Na verdade, foi o Plano Collor que o tornou

momentaneamente antieconômico, devido à baixa no preço do ouro, que chegou a cair de NCz\$ 1.000,00 para Cr\$ 300,00 e só agora voltou a Cr\$ 800,00 o grama. "Só os garimpeiros profissionais e os donos das máquinas ainda estão operando", disse um proprietário de uma draga ao *Estado*, de 1º de maio. Segundo ele, a área yanomami não tem hoje 20% do total de garimpeiros que atuavam na região antes da decretação do plano econômico. (O delegado da Polícia Federal, Amaury Galdino, estimava no dia da explosão da pista Baiano Formiga que havia apenas entre 300 e 500 garimpeiros escondidos na área indígena...).

A MISÉRIA NOS GARIMPOS E A MISÉRIA DOS ÍNDIOS

Duas semanas antes, a situação de miséria em que vive a maioria dos garimpeiros foi mais uma vez denunciada, desta vez por um jornalista alemão, Rudiger Hehberg e sua esposa Cristina Haverkamp. O casal denunciou ao ministro da Justiça que 200 garimpeiros trabalhavam em regime de escravidão no garimpo "Novo Brasil", na região do Tootobobi. O dono do garimpo, Walter, aliciava os garimpeiros para o trabalho com a promessa de receberem um grama de ouro por dia mas esse pagamento só dava para pagar a alimentação. Sem poder acumular o equivalente a uma passagem de avião (15 gramas de ouro), eram impedidos de sair do local, sendo submetidos a trabalhos forçados e ameaçados de morte. Rudiger e Cristina estiveram no garimpo durante 17 dias. Rudiger foi obrigado a deixar o garimpo, onde sua mulher ficou detida, tendo sido resgatada pela Polícia Federal seis dias depois.

Situação muito mais precária vivem os Yanomami, segundo relataram vários médicos que os visitaram

nas últimas semanas. O médico da Funai, Oneron de Abreu Pithan, prevê inclusive que, após as chuvas, a situação da malária na região vai piorar. Para se ter uma idéia do problema, Pithan citou o quadro da região de Surucucu, que é "privilegiada" pelo fato de sediar a base da operação de retirada dos garimpeiros: lá existem 19 malocas, com 1.238 índios; desses, 800 estavam doentes por ocasião da explosão da pista de Baiano Formiga. A malária atingia 219 índios, outros 219 tinham doenças de pele, 116 estavam com infecção pulmonar e 107 estavam desnutridos. Os índios corriam ainda o risco de contrair doenças venéreas e até mesmo Aids, "pois muitos índios têm sofrido transfusões de sangue por causa da anemia".

GOVERNO INDEFINIDO DA MARGEM A BOATOS

Enquanto estes fatos ocorriam nas terras yanomami, o governo Collor continuava indefinido em relação à política indigenista mais geral. O que dava margens à continuação dos boatos e especulações em torno, por exemplo, do deslocamento da Funai no Ministério da Justiça para a Secretaria Geral do Meio Ambiente, chefiada pelo ecologista José Lutzenberger. No dia 2 de maio, a chegada de dezenas de índios Kayapó a Brasília era um sinal de que o presidente da Funai poderia finalmente ser nomeado. Como se soube depois, os Kayapó foram à Capital Federal fazer o lobby do "presidenciável". Cláudio Romero, um ex-presidente do Parque Indígena do Xingu. No páreo estavam pelo menos dois outros sertanistas: Sidney Possuelo, que coordena na Funai os assuntos ligados aos índios isolados, e Apoena Meirelles, que assessorou o presidente Collor na questão indígena, durante a campanha eleitoral.